

***Veja* e a formação de uma opinião pública favorável ao Regime Militar¹**

Ranielle Leal²

Antonio Carlos Hohlfeldt³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Resumo

Este artigo analisa a atuação da Revista *Veja* na construção de uma imagem positiva do regime militar tendo como ponto de partida o momento posterior à publicação do Ato Institucional de número 5, em dezembro de 1968. A nossa hipótese é que assim como a maioria dos meios de comunicação atuantes à época, *Veja* também contribuiu para uma opinião pública favorável ao regime. Escolhemos como abordagem teórica a hipótese da Espiral do Silêncio e como metodologia a análise de conteúdo qualitativa⁴.

Palavras- chave: *Veja*; Ditadura militar; Espiral do Silêncio.

Introdução

O governo de João Goulart permanece na história do Brasil como um período marcado pelo agravamento da crise econômica e por intensa vida política, bem como por conflitos sociais e políticos. Nesse contexto foi que, sob o argumento de combater a subversão e assegurar a ordem democrática, os militares tomaram o poder, em 1964, transformando, de forma radical, as estruturas do país, durante os anos seguintes.

A ditadura militar, instaurada em 1964, estendeu-se por 21 anos, nos quais a Presidência da República foi ocupada por militares. A época caracteriza-se pela ausência de mecanismos democráticos, censura aos veículos de imprensa, suspensão dos direitos constitucionais, perseguição política e repressão a todos os que se opunham ao regime militar.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista com MBA em Marketing pela FGV-RJ e mestrado em Comunicação pela UMESP, atualmente é Doutoranda em Comunicação pela PUC-RS, email: ranileal29@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Possui doutorado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de doutorado em Comunicação da PUCRS, email: a_hohlfeldt@yahoo.com.br

⁴ Segundo Bardin (2009, p.4) a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos [...] em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas [...] é uma hermenêutica controlada baseada na dedução: a inferência. [...] Enquanto rigor de observação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos, do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”.

Os meios de comunicação e, em especial, a imprensa, foram cooptados ou obrigados a trabalhar em prol do regime político vigente e ditatorial (SMITH, 2000). Essa intervenção do poder político na mídia teve como premissa a construção de uma opinião pública favorável aos militares e ao seu modo de governar, enquanto que, por outro lado, pretendeu não autorizar a visibilidade da face violenta da ditadura.

Uma orquestração estratégica, centralizada nos aparatos do poder militar, investia em modos de gestão da informação, selecionando o que deveria ser visibilizado e censurando o que deveria ser relegado ao esquecimento. Naquele panorama, o jornalismo levava aos brasileiros um discurso quase unânime, favorável ao governo, discurso que era entendido como verdadeiro pela sociedade, o que muito contribuiu para a imagem positiva alcançada pelos militares junto à população brasileira.

No presente trabalho de investigação científica, dedicamo-nos, a analisar o trabalho de construção de um consenso forjado pelos militares, com o apoio dos meios de comunicação. Escolhemos como objeto de pesquisa a revista *Veja*. Nosso referencial teórico-metodológico embasa-se na Hipótese da Espiral do Silêncio (NOELLE-NEUMAN, 1995).

Desta forma, estruturamos este artigo tendo como passo inicial uma breve contextualização da ditadura militar e sua relação com os meios de comunicação, para em seguida nos dedicarmos a Espiral do Silêncio e, posteriormente, a *Veja* e ao processo de análise.

A Ditadura militar e sua relação com a mídia (1964 – 1985)

Em abril de 1964, após o golpe e afastamento de João Goulart, a Junta Militar, fixou novas regras para a política brasileira. A primeira medida caracterizou-se no Ato Institucional nº1, que abre uma fase de cruéis perseguições aos inimigos do referido regime. É a fase de cassações, inquéritos e exílios. Como programa, os militares recorrem ao ideal positivista, com a pretensão de montar uma administração forte, para colocar em prática o progresso que a democracia não conseguira constituir. Assim, o Ato Institucional n. 1 (AI-1) promoveu a suspensão de imunidades parlamentares, autorizou o Executivo a cassar mandatos de deputados, cancelou a vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade dos servidores públicos. Segundo Fausto (2010, p. 239), o AI-1 também “[...] estabeleceu as eleições de um novo Presidente da República, por

votação indireta do Congresso Nacional. A 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito Presidente, com mandato até 31 de janeiro de 1966”.

Castelo Branco assumiu a direção do país. Em seu pronunciamento oficial, declarou defender a democracia. Porém, não foi o que aconteceu. Ao começar sua gestão, assumiu posição autoritária, à base de cassação de mandatos e de suspensão de direitos políticos. No princípio, foram cassados parlamentares estaduais e federais. Depois, a cassação se estendeu à administração, atingindo diplomatas, funcionários públicos e professores. Muitos foram cassados e afastados de suas funções e de seus postos, sem qualquer direito de defesa. Para espionar e controlar a vida dos cidadãos, a Ditadura militar instituiu, ainda em 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado através da Lei 4.341⁵, de 13 de junho de 1964, em cujo artigo 2º lê-se: “O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”. Havia então, um clima de desconfiança e de terror que se disseminou com os inquéritos policiais e militares. Qualquer suspeito de estar contra o governo era vítima de acusações vagas, muitas vezes, não provadas, que lhe custavam carreira e futuro (CALDEIRA *et al.*, 1997).

Apesar do regime ditatorial em vigência, os anos 60, de início, foram benéficos à cultura e a alguns meios de comunicação. Ao contrário de outros setores, esses espaços viveram momentos de criatividade. As novidades tecnológicas permitiram maior agilidade e alcance da informação, sobretudo para a televisão, que começava a se consolidar, aos poucos, como o mais importante veículo de comunicação. Programas de auditório e telenovelas ganharam projeção.

Durante a primeira década da ditadura militar, os meios de comunicação de massa (MCM) ganharam maior projeção em território nacional. Naquele mesmo período, ocorreu verdadeira efervescência cultural, que representava uma liberdade utópica, construída, principalmente, por jovens. Ao se expandirem, os movimentos culturais começaram a ganhar força e, por conseguinte, demonstravam, cada vez mais, sua oposição ao regime. Em 1967, um novo gênero musical tomou conta do Brasil – a música de protesto, canções que traziam subjacentes significações ideológicas

⁵ Lei disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014.

expressivas. Isto significa que a música de protesto se impôs como “[...] herdeira direta das ideias do Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, e tinha como principal característica a ideia de que despontava um novo amanhã revolucionário” (CALDEIRA *et al.*, 1997, p. 319).

Ao tempo em que acontecia uma intensa mobilização de artistas por meio da música de protesto, explodia, no Brasil, uma onda de mobilizações estudantis e trabalhistas. Os movimentos estudantis de protesto vinham acontecendo desde o governo de Goulart, quando os jovens se agruparam em associações, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), para batalhar em prol das Reformas de Base e apoiar qualquer guinada à esquerda de João Goulart. A partir da ditadura, tornaram-se vítimas da repressão (CALDEIRA *et al.*, 1997).

O último ano do governo de Castelo Branco foi marcado, por grandes manifestações contra a ditadura militar, que se agigantavam no governo seguinte. Ainda no poder, Castelo Branco, pouco antes das eleições à sucessão presidencial de 1966, promulga o Ato Institucional n. 3 (AI-3), segundo o qual as eleições para governadores e prefeitos passavam a ser indiretas. A liberdade política tornou-se, assim, cada vez mais restrita, inclusive com o fechamento do Congresso, ao final do mesmo ano. Ainda na fase final de seu mandato, com o Ato Institucional n. 4 (AI-4), Castelo Branco reabre o Congresso Nacional, com o intuito de reunir os políticos em sessão extraordinária, para votar e discutir a implementação da Constituição de 1967.

Segundo Vicentino e Dorigo (2001), a referida Carta Magna teve pouca duração, uma vez que incorporava princípios presentes nos atos institucionais impostos, mas foi ultrapassada, com rapidez, por conta das novas e permanentes determinações do governo militar. Ainda em 1967, ocorreram as eleições para presidente da República. Castelo Branco não conseguiu fazer seu sucessor. Foram eleitos, para presidente, o marechal Arthur da Costa e Silva, e, para vice-presidente, o civil udenista Pedro Aleixo. Com o novo governo, registravam-se modificações políticas e significativo avanço do processo de industrialização, responsáveis pela transformação do regime militar em ditadura brutal, que restringiu ao máximo as liberdades públicas e democráticas.

Com o apoio da linha dura das Forças Armadas, bem como de grupos que defendiam radicalmente o golpe militar, Costa e Silva assumiu a presidência da República e, imediatamente, intensificou a repressão policial-militar contra todos os

movimentos, grupos e focos de oposição política. Dentre as coligações radicais a favor dos militares, encontrava-se o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), um dos principais movimentos brasileiros de extrema direita. O CCC conquistou espaço antes mesmo do Ato Institucional n. 5 (AI-5), responsável por uma censura brutal a tudo e a todos que se opusessem ao Governo.

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução. Ao contrário de atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O Presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de Governo (FAUSTO, 2010, p.265).

Logo após decretar o AI-5⁶, o Presidente Costa e Silva foi vítima de derrame cerebral. O Vice-Presidente Pedro Aleixo foi impedido de assumir o poder pelas lideranças militares à frente do Governo. Como solução para manter a "democracia", formou-se uma Junta Militar para governar, pelo pequeno período de dois meses. Integravam a junta: o Ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares; o Ministro da Força Aérea, Márcio de Sousa e Melo; e o Ministro da Marinha, Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. A atuação desses três ministros se identifica, na trajetória histórica e política do país, com a crescente radicalização de descontentes e de reações do governo, que determina a possibilidade de expulsão do país e até a “pena de morte para os casos de guerra subversiva”, no caso dos revolucionários contrários à ditadura militar (FAUSTO, 2010, p. 265). Porém, a pena de morte nem foi adotada nem oficializada. Ainda em consonância com esse autor, o governo militar preferia execuções sumárias e/ou violentas torturas.

⁶ O Ato Institucional de número 5 foi publicado no dia 13 de dezembro de 1968 durante o governo do General Costa e Silva. Ato disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Diante da grave doença do Presidente Costa e Silva, e mesmo antes de sua morte, que só viria a ocorrer no dia 7 de dezembro de 1969, a junta militar já declarava como vagos os cargos de presidente e vice-presidente, marcando as eleições pelo Congresso Nacional, para outubro do mesmo ano. As articulações apontavam para o nome do ex-chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici, que terminou sendo eleito pelo Congresso, reaberto para a eleição. Na mesma ocasião, o vice-presidente eleito foi o então Ministro da Marinha, Augusto Rademaker. Inicia-se assim, um dos períodos mais radicais da ditadura militar.

Médici permaneceu à frente da presidência do Brasil entre 1969 e 1974, período em que a repressão e a tortura atingiram níveis extremos. Contudo, o bom desempenho do governo na economia, decorrente de empréstimos externos, que serviram para ampliar a estatização, elevaram os índices de aceitação dos militares na sociedade brasileira. Foi o período conhecido como o “milagre brasileiro”, que, em verdade, não passou de um surto de prosperidade para poucos, uma vez que, de fato, o tal “milagre” conduziu à deterioração do perfil de renda da maioria da população. Todo o dinheiro das obras do governo militar foi “arrancado” da população, como Caldeira *et al.* (1997) afirmam.

Embasado no AI-5, o Presidente Médici exerceu total controle sobre os MCM (Meios de Comunicação de Massa) e os utilizou para divulgação das realizações do governo, principalmente, a respeito do “milagre brasileiro”, que se tornou o instrumento de propaganda mais relevante. Na falta de outras conquistas, os bons resultados econômicos tornaram-se a própria razão do regime militar. Em outras palavras, com o Ato Institucional n. 5, o controle sobre a imprensa e sobre os veículos de comunicação em geral passou a ser completo, principalmente, entre 1968 e 1976:

Todos os meios valiam para intimidar empresas e jornalistas: proibição oficial de divulgação de informação por membros do Governo, telefonemas para jornalistas e donos de jornais, bilhetes dos órgãos de censura com os assuntos proibidos do dia, processos contra jornalistas, apreensão de edições já impressas e censura prévia. A gradação funcionava de acordo com a simpatia dos veículos ao Regime. Os “amigos” contratavam jornalistas indicados por militares, recusavam-se a buscar notícias que poderiam desagradar os donos do poder – e desfrutavam da liberdade dos que se submetiam. Na maioria das vezes bastava um telefonema ou um bilhete para resolver questões espinhosas. Depois vinham os que divulgam fatos que irritam os donos do poder, como publicar fotos de mulheres nuas ou

determinadas notícias de agências internacionais. Nesse caso os órgãos de censura costumavam aumentar a lista (CALDEIRA *et al.*, 1997, p. 324).

Todas as medidas governamentais que cercearam a liberdade de imprensa e as liberdades individuais tiveram como intuito impedir críticas em relação às ações do governo e a tudo que contrariava os interesses dos militares. Os agentes da censura estavam presentes nas redações de jornais, revistas, estações de rádio e de TV, para vetar a veiculação de quaisquer matérias contrárias à ditadura militar. O povo brasileiro conviveu com uma única verdade permitida: a oficial, ou seja, a dos governantes. E, decerto, o noticiário político foi o que mais sofreu medidas repressivas.

Aos que não se curvaram aos donos do poder, um tratamento ainda mais perverso foi reservado. A situação piorou para os MCM, em 1970, quando o governo militar introduziu a censura prévia aos livros e periódicos, ao teatro, enfim, às publicações, à diversão e aos espetáculos públicos em geral, inclusive a programação de rádio e TV.

Essa atuação dos meios de comunicação, orquestrada pelo militares, forjou um consenso nacional em torno da aceitação das ações do governo, visto que o povo não tinha acesso às informações do que se passava nos bastidores. O militarismo brasileiro utilizou-se do poder, entendido conforme FOUCAULT (1996), explorando tanto seu potencial negativo de repressão, como se aproveitando de sua face positiva, através da utilização dos mecanismos de educação, informação e comunicação, direcionados para ressaltar os pontos que interessavam aos que formavam o pensamento político militar na época. Esse consenso forjado impôs o silenciamento dos que pensavam diferente. Nesse sentido é que recorreremos à Noelle-Neuman e sua hipótese da Espiral do Silêncio, objetivando esclarecer como o consenso se formou e teve como protagonistas os meios de comunicação. Aqui, no entanto, analisaremos somente a participação da revista Veja como contribuinte para a formação de uma opinião pública dominante e favorável aos militares.

A Espiral do Silêncio

Em 1972, a alemã Elisabeth Noelle-Neumann, especialista em demoscopia⁷, apresentou o artigo “Return to the Concept of Powerfull Mass Media” num congresso em Tóquio.

Partindo do conceito de *percepção seletiva* e retomando o de *acumulação* provocada pela mídia, conceito aliás, ainda então recente na hipótese de *agenda setting* [...], Noelle-Neumann destacava a *onipresença* da mídia como eficiente modificadora e formadora de opinião a respeito da realidade (HOHNFELDT, 2001, p.221).

Neumann dá continuidade aos estudos sobre a ligação existente entre mídia e opinião pública e lança nos anos 80, o livro **A espiral do silêncio – Opinião pública: Nossa pele social**. O livro é uma grande síntese de todos os seus estudos sobre mídia e opinião pública. Na obra, Noelle-Neumann destaca quatro hipóteses que sustentam sua pesquisa, todas ligadas entre si: a primeira, é que as pessoas possuem um medo inato do isolamento; a segunda, é que a sociedade ameaça com o isolamento o indivíduo que se desvia de um padrão; a terceira retrata que a consequência do medo leva o indivíduo a captar correntes de opinião e a quarta hipótese é que os resultados desse cálculo afeta a expressão ou a ocultação de suas opiniões. Assim, podemos considerar que seu estudo fundamenta-se no argumento de que as pessoas que têm uma opinião, um ponto de vista minoritário, tendem a cair no silêncio ou no conformismo, perante a opinião pública geral.

Para este estudo, abordaremos a Espiral do Silêncio, conforme Antônio Hohlfeldt, que a considera sendo uma hipótese, e não uma teoria:

[...] Uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica. Pelo contrário, levanta, automaticamente, o pressuposto alternativo de que uma outra variante, não presumida, cruzou pela hipótese empírica, fazendo com que, na experiência concretizada, ela não se confirmasse” (HOHNFELDT, 2001, p.189).

⁷ Estudo científico da opinião pública através de pesquisas de opinião. Significado disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/?demoscopia>>. Acesso em: 20 maio.2014.

Já a teoria “é um paradigma fechado, um modo acabado e, neste sentido, infenso a complementações ou conjunções, pela qual traduzimos uma determinada realidade segundo um certo modelo” (HOHLFELDT, 2001, p.189).

Nouvelle-Neumann defende que a característica mais importante da opinião pública é o poder dominante que esta exerce, tanto no Governo, como em cada indivíduo que compõe uma sociedade. A autora destaca que devemos entender o público como um tribunal, como um júri ante o qual devemos nos comportar de maneira correta, para evitarmos o isolamento, ou seja, a alienação da vida pública. Essa noção de opinião pública como controle social é invisível aos olhos da sociedade (NOELLE-NEUMANN, 1995).

O estudo de Noelle-Neumann também analisa o papel relevante dos meios de comunicação de massa para a formação da opinião pública. A Espiral do Silêncio baseia-se na tese de que os meios de comunicação são a fonte mais importante de observação da realidade com que o indivíduo pode contar, para saber quais são as opiniões dominantes e quais conduzem ao isolamento. Para a autora,

a comunicação pode dividir-se em unilateral e bilateral (uma conversação, por exemplo, é bilateral), direta e indireta (uma conversação é direta), pública e privada (uma conversação é privada). Os meios de comunicação de massa são formas de comunicação unilaterais, indiretas e públicas. Contrastam pois, de maneira tripla, com a forma de comunicação humana mais natural, a conversação. Por isso, os indivíduos se sentem desvalidos diante dos meios de comunicação.[...] Essa impotência se expressa de duas formas. A primeira ocorre quando uma pessoa almeja conseguir a atenção pública, e os meios, em seu processo de seleção, decidem não lhe prestar atenção. [...] O segundo aspecto da impotência entra em jogo quando os meios de comunicação são utilizados como um pelourinho, quando orientam a atenção pública anônima, entregando-lhe o indivíduo como bode expiatório para ser exibido. Não pode defender-se. Não pode desviar-se das pedras e flechas. As formas de réplicas são grotescas pela sua debilidade, por sua torpeza em comparação com a clara objetividade dos meios (NOELLE-NEUMAN, 1995, p.204)⁸.

A autora resumiu, assim, essa pontual influência da mídia naquilo que domina os princípios de *consonância* e de *acumulação*, segundo os quais os meios de comunicação e os jornalistas insistem em retratar os mesmos temas e adotam as mesmas posições, chamando a atenção do público.

⁸ Tradução livre do espanhol, pela autora.

VEJA em prol do silenciamento

Pouco antes do Ato Institucional n.5, já em pleno Regime Militar (1964-1985), surge uma revista até hoje presente na vida dos brasileiros e que, atualmente, figura como o semanário brasileiro de informação com maior circulação e tiragem. Estamos nos referindo a *Veja*, cuja primeira edição data de 11 de setembro de 1968.

No ano de 1967, o empresário Victor Civita, dono da Editora Abril, convidou o jornalista Mino Carta para dirigir uma revista semanal de informações, que fora idealizada por seu filho, Roberto Civita.

Em sua fase inicial, *Veja* enfrentou sérios problemas com os órgãos de censura, com edições mutiladas e/ou apreendidas, até porque, de acordo com Werneck *et al.* (2000), um dos fundamentos da linha editorial adotada era a oposição ao regime militar, sem abrir mão de expor opiniões críticas.

Contudo, com pouco tempo de existência da revista, as coisas mudam. Em 13 de dezembro de 1968 quando entra em vigor o Ato Institucional número 5, a repressão não mais atingia somente os militantes de esquerda, mas também membros das classes média e alta, “supostamente” envolvidos com o comunismo. Prisões, torturas e desaparecimentos se tornaram rotina para uma parte do clero, líderes de movimentos populares, comerciantes, estudantes e jornalistas.

Na semana em que foi decretado o AI-5, a censura se intensificou na redação de *Veja*. Para evitar problemas com censores, a revista passou por diversas inovações, que acabaram modificando o semanário e deixando-o adequado para ser publicado durante o regime militar.

As empresas de comunicação sofreram o duro golpe da censura, que duraria cerca de oito anos, para a maioria dos veículos. Para alguns mais, outros menos, de acordo com o grau de confiabilidade que demonstravam em acatar as ordens do governo e de praticarem a autocensura. Assim, apoiando explicitamente ou se calando, muitos veículos permaneceram na retaguarda do poder, durante quase duas décadas (BAHIA, 1990).

A revista *Veja*, assim como o *Estado de São Paulo*, o *Jornal da Tarde*, o *Pasquim*, *Opinião*, e *O São Paulo* (da Arquidiocese Paulista), são exemplos de empresas de comunicação que sofreram o golpe da censura. Estiveram durante a ditadura militar, sob censura permanente (censura prévia), onde “tudo o que fosse

preparado por um jornal seria examinado pela polícia antes da divulgação” (SMITH, 2000, p.95). Havia, portanto, censores *residentes* nas redações destes meios de comunicação.

Desta maneira, a censura tornou-se, além de tudo, uma tarefa rotineira, que se refletiu diretamente na maneira como a imprensa *apoiou* os projetos do governo ditatorial ou manteve-se em silêncio perante os ocorridos.

Os atores da imprensa, sujeitos à censura prévia, compartilhavam de uma experiência minoritária. É compreensível, então, que suas relações recíprocas eram cruciais para afirmar uma realidade básica (apesar das negativas surrealistas do governo e da censura da censura), para interpretar os fatos e para validar a experiência. Eles compartilhavam a tensão, a ira, a frustração decorrentes da sujeição à censura prévia.

Em mais de um caso a partilha de experiência subjetiva evoluiu para tornar-se um ritual. Marcos Sá Corrêa recorda a “cerimônia do chá” na *Veja*: “o que começou como um hábito, uma prática para mantermos acordados em tantas madrugadas de espera pela volta do material censurado, transformou-se na experiência do chá. Durante tantas semanas, ficávamos acordados de quinta-feira até o sábado. Naquela época podiam ser comprados finos chás importados. Acrescentamos taças de porcelana, toalhas de mesa de linho, chá inglês. Era um jeito de ficar acordados, uma brincadeira um jogo, um ritual, um encontro no meio da noite, compartilhando”(SMITH, 2000, p.116).

O contexto político em que *Veja* nasceu foi fundamental para sua história. Sob os moldes da publicação norte-americana *Time*, sua intenção inicial foi ser uma resenha da semana, com espaço para coberturas exclusivas e com destacado viés interpretativo. Assim, a partir dos primeiros exemplares, já se caracterizava por um texto pessoal e padronizado.

Diante da atuação de *Veja*, logo após a publicação do AI-5 em dezembro de 1968, nos propusemos a empreender o processo analítico que procura pelos vestígios de comportamento da revista em prol do silenciamento da opinião dos contrários, inclusive, dela mesma. O estudo procurou compreender a forma como a revista *Veja* se posicionou durante o período da ditadura-militar (1964-1985), especificamente no primeiro ano de existência do Ato Institucional nº 5.

A presente investigação tem como objeto de pesquisa, como foi dito, a revista *Veja*, e a amostra compõe-se dos exemplares publicados entre dezembro de 1968 e dezembro 1969, ao todo 16 (dezesesseis) edições, que foram selecionados, a partir da

aplicação do método de definição de *amostragem aleatória simples e por sorteio*. A seguir, realizamos o processo analítico a partir do conteúdo veiculado.

As edições analisadas foram: nº15 (12/12/1968); nº16 (25/12/1968); nº17 (01/01/1969); nº21 (21/01/1969); nº25 (16/02/1969); nº28 (19/03/1969); nº33 (23/04/1969); nº37 (21/05/1969); nº 40 (11/06/1969); nº42 (25/06/1969); nº46 (16/07/1969); nº49 (13/08/1969); nº53 (10/09/1969); nº 57 (01/10/1969); nº62 (12/11/1969) e; nº68 (24/12/1969).

Partindo do pensamento de Noelle-Neumann, para quem os *mass media* podem influenciar o processo da espiral do silêncio, pois exercem grande influência na formação da opinião pública no contexto social, é que nos embasamos para utilizar a referida hipótese, no presente trabalho analítico.

Conforme Anne-Marie Smith (2000) os militares, quando tomaram o governo em 1964, precisavam garantir uma imagem positiva do regime e manter sua legalidade. Para isso, era necessário valer-se de medidas repressivas, a fim de legitimar seu poder. Além das ações restritivas que, ao longo do regime, foram sendo amparadas por decretos institucionais, havia, desde o princípio, a forte ideologia propagada por uma doutrina de segurança nacional, de estado de *guerra interna* do combate a *subversão* e ao comunismo.

A censura aos meios de comunicação no regime militar, enquadra-se nessa concepção de ideologia política, segundo a qual, o poder, munido de recursos ideológicos consegue modelar a sociedade de acordo com seus ideais. Entretanto, a censura, no Brasil, pode se manifestar, mesmo que de forma implícita, em diversas situações em que os próprios meios de comunicação, por conveniências variadas, deixam de publicar determinados assuntos de valor público, mostrando-se coniventes com os interesses do poder vigente.

No contexto da ditadura militar, principalmente, após 1968, grande parte dos veículos de comunicação de grande circulação se submeteu aos ditames do regime, alguns devido à censura, outros porque realmente eram a favor do sistema político. Existia também, a chamada autocensura, pela qual o próprio meio se precava cortando determinadas matérias que pudesse comprometer a publicação.

Já no período de vigência do Ato Institucional n.º 5, houve uma intensificação da censura à imprensa e, a partir de então, esta se tornou uma prática rotineira, os mídias

acataram as ordens e instruções emanadas dos altos escalões de poder. O AI-5 forneceu suporte legal à censura à mídia.

Diante da análise realizada, percebemos que a revista *Veja* trabalhou e contribuiu para a formação do que se denominou *consenso forjado*, através de um *consentimento* da publicação para com as ações do regime, o que se refletiu no que era veiculado ao público. O consentimento segundo Smith (2002, p.10),

[...] também segue um *continuum* desde o endosso da repressão e aparente acatamento até a obediência às regras para proveito próprio e o que poderia ser chamado de *modalidades diárias de inércia*. Essas constituem um padrão de aceitação cotidiana da repressão, de cumprimentos das normas e de comportamento esperado, sem que haja necessariamente uma atribuição de legitimidade ao sistema de dominação.

Assim, nota-se que, diante do cenário político em que se encontrava *Veja*, nos anos de 1968 e 1969, esta manteve um posicionamento de *defesa*, ou melhor, um consentimento ao regime, apresentando conteúdos em suas matérias que elogiavam os projetos do governo e os avanços com o AI-5. A revista silenciou os reais acontecimentos, as consequências e interesses da ditadura e passou à opinião pública a imagem de um governo legítimo e atuante em prol da população.

A sua primeira edição, após o surgimento do AI-5⁹, trouxe como chamada o próprio ato e como foco de atração, na capa, uma foto do presidente Costa e Silva, sozinho em um plenário vazio (vide Figura 2).

FIGURA

2– Revista *Veja* edição 15 dez. 1968

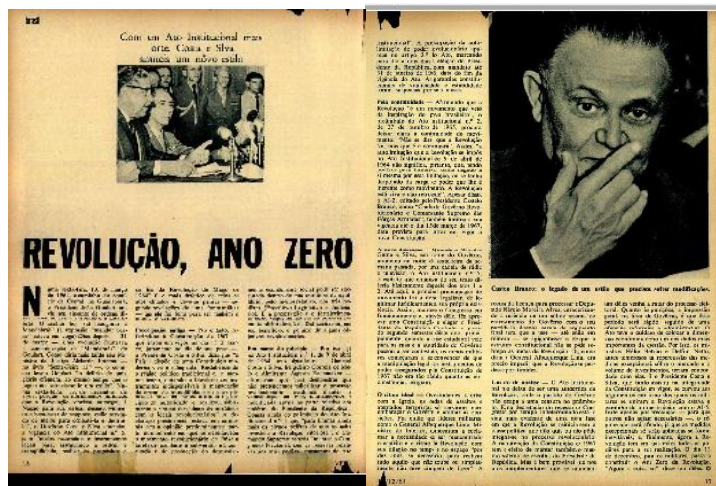


Fonte: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

⁹ Edição nº15 (12/12/1968)

O título da matéria principal da edição de número 15 foi “Revolução, Ano Zero”. A reportagem realizou uma grande retrospectiva da “Revolução” de 1964, relatando que o movimento militar aconteceu para defender “o desenvolvimento e bem-estar do seu povo” (VEJA, nº15, 1968, p.16). Também foi enfatizado que o governo de Costa e Silva anunciou a regência do Ato Institucional n.5 como sendo portador de “meios necessários e instrumentos legais, para, assegurando a ordem e tranquilidade, realizar os propósitos e os fins da Revolução de março de 1964” (VEJA, nº15,1968, p.16).

FIGURA 3– Revista *Veja* edição 15 dez. 1968, p.16-17.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

A mesma matéria aborda que o AI-5 foi um ato de análise:

O Ato Institucional não deixa de ser uma autocrítica da Revolução, onde o partido do governo não escapa a censura no preâmbulo. E na decretação do recesso do Congresso por tempo indeterminado está o sinal mais evidente de uma nova fase em que a Revolução se reinicia sem a classe política que não quis ou não pode integrar-se no processo revolucionário (VEJA, nº15, 1968, p.17).

Ainda segundo *Veja*, o AI-5 é "[...] o mais drástico de todos os atos editados e deve-se pensar – segundo revelações de uma fonte militar – que ele foi feito para ser também o último, o definitivo”. Último e definitivo porque bastaria para assegurar a ordem. “Assim, o dia 13 de dezembro passa a constituir o Ano Zero da Revolução” (VEJA, nº15,1968, p.17).

Nas páginas de *Veja*, os estudantes e os cidadãos, em geral, que enxergavam as reais intenções da ditadura civil-militar e se revoltaram contra o regime, eram considerados terroristas que precisavam ser parados e punidos. A reportagem “O Governo, os assaltos e o terrorismo” (*VEJA*, nº15,1968, p.23) mostra claramente uma das justificativas da existência do AI-5 pois, segundo a revista, o ato institucional veio facilitar o combate aos terroristas e aos assaltantes políticos.

O que podemos perceber da análise é que a revista procurou construir uma imagem negativa dos guerrilheiros, associando-os ao banditismo e à subversão. Uma estratégia utilizada por *Veja* para caracterizar os guerrilheiros como criminosos foi a adoção da palavra *terror*, para nomear a seção que tratava dos casos de guerrilha interna.

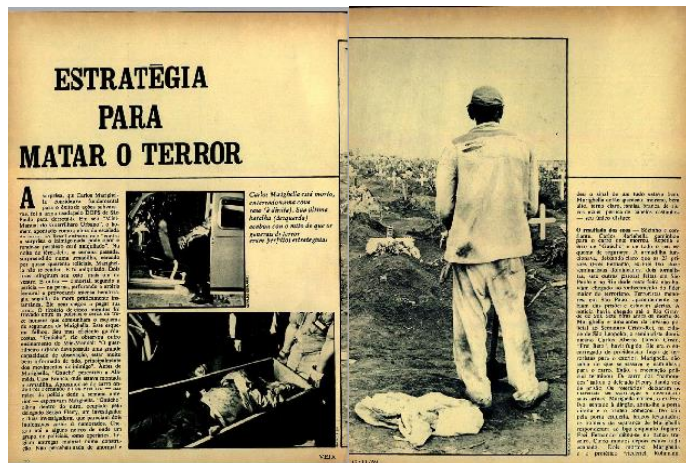
Veja caracterizou os atentados como fruto de especialistas. Os guerrilheiros agiriam com “sangue frio, precisão, imaginação, habilidade”. *Veja* atuou de modo a criar um ambiente de medo e pavor entre seus leitores, pois não apresentou os objetivos das ações de resistência armada que, através de diferentes modos e ideologias, pretendiam acabar com a ditadura e instaurar o socialismo ou o comunismo no Brasil.

A análise constatou também a prática de *Veja* em suscitar a necessidade de combate à guerrilha e em potencializar a repressão, insinuando que as ações armadas, praticadas pelos guerrilheiros, poderiam estar visando causas particulares, e não projetos coletivos de oposição. Objetivando justificar o incremento da repressão, por parte dos militares, *Veja* adotou, como estratégia discursiva, a culpabilidade dos guerrilheiros pelo aumento da violência militar. Segundo a revista, “para enfrentar o terrorismo é preciso ser um terrorista” (*VEJA*, nº62, 1969, p.23).

O exemplo mais claro disto, são os acontecimentos envolvendo a morte do seu principal líder, Carlos Marighella. A 12 de novembro de 1969, na edição de número 62, *Veja* dedicou uma matéria de capa para falar da morte de Marighella. Com o título “O terrorismo morreu com Marighella?”, a revista utilizou-se de 12 páginas para relatar os episódios e interpretações sobre a morte do líder guerrilheiro. Quando a revista retratou a participação de Marighella no enfrentamento policial que resultou em sua morte, *Veja* procurou caracterizá-lo como vítima, já que o guerrilheiro “nem chegou a pegar sua arma” durante o tiroteio. *Veja* pareceu reagir contra o exagero da repressão ao guerrilheiro, porém, a ênfase dada na matéria é uma visão negativa sobre Marighella.

Além da chamada provocante, a revista destaca trechos do “Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano” escrito por Marighella, apontando que o próprio líder não teria seguido as *instruções* do seu Manual. Ou seja, a revista procura desconstruir as qualidades do guerrilheiro, em detrimento das opções escolhidas por Marighella para conduzir suas ações.

FIGURA 7– Revista *Veja* edição 62 nov. 1969, p.22-23.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

De acordo com a análise, verifica-se que mesmo havendo uma contestação à manipulação dos fatos envolvendo a morte de Marighella, a finalidade da matéria de *Veja* não era de defesa dos guerrilheiros, mas sim, de adequação e consentimento aos atos do governo ditatorial.

A revista, assim como, grande parte da mídia, tratou de construir seu discurso de maneira a estabelecer parâmetros que não buscassem um questionamento mais radical da ditadura militar, reafirmando o que diz Machado (2014, p.12), em seu livro **1964-Golpe midiático-civil-militar**: “[...] Depois do AI-5 e da introdução da censura nas redações, parte dessa imprensa trabalharia para alternar as narrativas sobre si mesma de maneira a ter um novo e mais bonito papel no regime militar”.

Nesse cenário, embora os grandes empresários de comunicação estivessem insatisfeitos com os rumos do regime militar, eram complacentes, visto o extraordinário crescimento patrimonial advindo de empréstimos e investimentos governamentais. *Veja* cresceu e se consolidou durante o período da ditadura militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A mídia disse sim antes, durante e depois do golpe”
(MACHADO, 2014, p.88).

Percebemos a revista *Veja* como um lugar de articulação de interesses que tem desempenhado muito bem o papel de defensora de projetos político-empresariais de alguns setores, ao longo de toda a sua trajetória.

Veja, assim como boa parte da mídia brasileira, de um modo geral, inibiu-se diante da censura imposta pelo governo militar. Em nossa análise, detectamos que, em muitas edições, o foco principal foi a política internacional. Em alguns momentos, mais parecia uma revista sobre os acontecimentos do mundo. A ida do homem à Lua, por exemplo, foi presença marcante nas edições analisadas. O espaço reservado para o Brasil em *Veja* era bem definido para retratar os acontecimentos da política brasileira sempre sob um ângulo favorável ao regime, ou, quando não, mostrando uma certa neutralidade, retratando os acontecimentos, mas sem atacar de frente o governo.

O trabalho nos permitiu visualizar as estratégias da revista, ao abordar temas relativos ao regime político ditatorial vigente, como também, identificar os modos como a opinião pública foi influenciada. *Veja* não deixou transparecer que o país vivia sob uma ditadura militar. Pelo contrário, a revista enquadrou seu discurso de maneira a parecer uma “democracia aperfeiçoada”, em que as pessoas levavam sua vida normal, sem repressão ou exploração.

Os esforços do regime em busca da legitimidade com base na democracia proporcionavam à imprensa uma oportunidade para firmar sua liberdade, na medida em que uma imprensa livre pode ser considerada um pilar dos sistemas democráticos. No entanto, enquanto uma democracia aberta exigiria uma imprensa livre, talvez uma democracia “aperfeiçoada” também impusesse uma imprensa “aperfeiçoada” sob a tutela dos militares (SMITH, 2000, p.47).

Com a censura prévia, foi ficando cada vez mais difícil honrar os direitos básicos de liberdade de informação. Para os profissionais que atuavam com notícias e reportagens políticas, o trabalho ficou mais e mais limitado, além de se transformar em processo de negociações entre repórter, editor e censor. O material era previamente lido pelo censor, que eliminava os temas *inaceitáveis*, de tal forma que, com frequência, as reportagens vetadas deveriam ser substituídas. Assim, *Veja*, no primeiro ano de

existência do AI-5, manteve-se sob os pressupostos da hipótese de Espiral do Silêncio. De um lado, não se manifestou contra a opinião da maioria manipulada, que se transformava paulatinamente em consenso forjado; de outro, calou-se e aceitou os ditames e a política de coerção às liberdades necessárias para a vida em sociedade, sobretudo, a de informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990, 4 ed.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa; Edições 70, LDA, 2009
- CALDEIRA, Jorge *et al.* **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- CORRÊA, Thomaz Souto. “A era das revistas de consumo”. In: LUCA, Tânia; MARTINS, Ana Luiza (orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- HOHLFELDT, Antonio; MATINHO, Luiz. C; FRANÇA, Vera Veiga (Org). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- MACHADO. Juremir. **1964- Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- MEDEIROS, José. **50 anos de fotografia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1986.
- NOELLE-NEUMAN, Elisabeth. **La espiral del silencio- opinión pública: nuestra piel social**. Barcelona. Paidós Ibérica, 1995.
- PLANALTO. **Lei nº 4341**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- PLANALTO. **Ato n.5**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- SIGNIFICADO. disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/?demoscopia>>. Acesso em: 20 maio.2014.
- SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- VEJA. Disponível em : < : <http://veja.abril.com.br/acervodigital/> > / Acesso em 15 de maio de 2014.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio: História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.
- WERNECK, Humberto *et al.* **A revista no Brasil**. São Paulo: Abril, 2000.